

**GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO
PUTUMAYO-IÇÁ**

PLANO DE AÇÃO DE GÊNERO

**AGÊNCIA EXECUTORA
Sociedade de Conservação da Vida Selvagem - WCS**

Fevereiro, 2022

Bogotá - Colômbia

Siglas e Abreviaturas

ASOMI	Asociación de Mujeres Indígenas de la Medicina Tradicional
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
Covid 19	Doença do Coronavírus de 2019 (também conhecido como o novo coronavírus de 2019 ou SARSCov-2)
FECONA	Federación de Comunidades Nativas del Ampiyacu
GAP	Plano de Ação de Gênero
GEF	Fundo para o Meio Ambiente Mundial
IWRM	Gestão Integrada de Recursos Hídricos
MAE	Ministério do Meio Ambiente do Equador
MESAGEN	Mesa de Género de la Cooperación Internacional en el Perú
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Brasil
PWP	Plano Nacional para as Políticas para as Mulheres
OEA	Organização dos Estados Americanos
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONAMIAP	Organización Nacional de Mujeres Indígenas Andinas y Amazónicas del Perú
SDGs	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
UNFCCC	United Nations Framework Convention on Climate Change (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática)
WB	Banco Mundial
WCS	Sociedade de Conservação da Vida Selvagem

Introdução

Este documento estabelece o Plano de Ação de Gênero (GAP) para o projeto "Gestão Integrada da Bacia do Rio Putumayo-Içá". "O projeto visa fortalecer as condições para que os países participantes possam gerenciar os ecossistemas de água doce compartilhados da bacia do Putumayo-Içá, na região amazônica. Este projeto será implementado tanto em escala regional quanto local. A escala regional refere-se à implementação da abordagem de gestão integrada da bacia e a escala local ao trabalho em sítios-piloto relacionados com o sistema de alerta precoce; as atividades de mitigação, remediação e restauração e as cadeias de valor para a pesca e outros recursos naturais.

Este GAP tem como objetivo cumprir a Política de Igualdade de Gênero do GEF (SD/GN/02)¹, bem como a Estratégia de Gênero do Grupo do Banco Mundial (FY16-23): Igualdade de Gênero, Redução da Pobreza e Crescimento² Inclusivo. Tanto o GEF quanto o Banco Mundial (BM) reconhecem a importância de promover a igualdade de gênero ³e o empoderamento das mulheres.

É importante destacar que *gênero* se refere aos papéis, comportamentos, atividades e atributos que uma determinada sociedade em um determinado momento considera apropriados para homens e mulheres. Além dos atributos e oportunidades sociais associados a ser homem e a ser mulher, e as relações entre mulheres e homens e meninas e meninos, gênero também se refere às relações entre mulheres e àquelas entre homens. O gênero faz parte do contexto sociocultural mais amplo, incluindo classe, raça, nível de pobreza, grupo étnico, orientação sexual e idade. Na maioria das sociedades, existem diferenças e desigualdades entre mulheres e homens nas responsabilidades atribuídas, atividades empreendidas, acesso e controle sobre os recursos, bem como oportunidades⁴ de tomada de decisão.

Em outras palavras, gênero é um conceito social das funções, comportamentos, atividades e atributos que cada sociedade considera adequados para homens e mulheres, simultaneamente, e, portanto, varia entre culturas. É um conceito dinâmico aberto a mudanças e que engloba atores, governança e território. Assim, o GAP reconhece a diversidade entre os grupos de homens e mulheres. As mulheres indígenas por exemplo, podem enfrentar desafios adicionais em relação aos homens para participar nos processos de tomada de decisão e na distribuição justa dos benefícios do projeto.

Neste contexto, o projeto promoverá uma abordagem de gênero, levando em conta as necessidades particulares, prioridades, estruturas de poder, status e relações entre homens e mulheres para tratá-las na concepção, implementação e avaliação das atividades. Esta

¹ Fundo para o Meio Ambiente Global. 2017. Diretrizes sobre igualdade de gênero (SD/GN/02). GEF. http://www.thegef.org/sites/default/files/documents/Gender_Equality_Guidelines.pdf

² Grupo do Banco Mundial. 2015. Estratégia de Gênero do Grupo Banco Mundial (FY16-23): Igualdade de Gênero, Redução da Pobreza e Crescimento Inclusivo. Banco Mundial, Washington, DC. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/23425>

³ O estado ou condição que proporciona a mulheres e homens o gozo igualitário dos direitos humanos, bens socialmente valorizados, oportunidades e recursos.

⁴ Secretaria do GEF. 2018. Orientação para avançar na igualdade de gênero. <https://www.thegef.org/sites/default/files/publications/GEF%20Guidance%20on%20Gender.pdf>

abordagem procura assegurar que mulheres e homens tenham oportunidades iguais de participar e se beneficiar das atividades do projeto, e promover o empoderamento das mulheres⁵; incluindo a análise da distribuição equitativa de responsabilidades, oportunidades, benefícios e custos para homens e mulheres e reconhecendo o papel das mulheres no uso dos recursos naturais e na geração de saúde e bem-estar familiar. Uma abordagem responsiva significa "não prejudicar", estar ciente das diferenças culturais, examinar materiais e práticas de ensino e adaptar as intervenções, conforme apropriado, para responder às diferentes necessidades e contribuir para reduzir as diferenças de gênero.

Objetivos

O GAP visa integrar a abordagem de gênero durante todo o projeto, desde a sua concepção, implementação e monitoramento, para alcançar melhores resultados durante os cinco anos de implementação, de modo que tanto mulheres como homens recebam benefícios econômicos e sociais culturalmente compatíveis.

Para atingir este objetivo geral, o GAP irá:

- Contribuir para o aprofundamento do conhecimento e o desenvolvimento de estratégias inovadoras, para lidar com as desigualdades observadas entre homens e mulheres na bacia;
- Identificar e abordar as lacunas de gênero em termos de participação e liderança nos processos decisórios, acesso a oportunidades, direitos, rendimentos e benefícios, e controle e uso de recursos;
- Projetar e incorporar ações afirmativas destinadas a reduzir as desigualdades de gênero em todos os componentes do Projeto;
- Usar métodos participativos para garantir a igualdade de oportunidades para mulheres e homens de participar e contribuir para a concepção e implementação de projetos;
- Identificar oportunidades para capacitar as mulheres a apoiar o sucesso e a sustentabilidade dos projetos.

Considerações relacionadas ao gênero

A Política de Gênero do GEF identifica três desigualdades e lacunas específicas de gênero como particularmente relevantes para seu trabalho e estratégia de programação, inclusive:

- (a) Acesso desigual e controle dos recursos naturais,
- (b) Oportunidades desiguais na tomada de decisões e liderança ambiental,
- (c) Acesso desigual aos benefícios e serviços socioeconômicos.
- (d) Impactos diferenciados por gênero da poluição da água e da mudança climática

De acordo com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), embora as pesquisas sugiram que a participação ativa das mulheres na gestão e conservação da biodiversidade melhora a gestão dos recursos locais e os resultados da conservação, na realidade a participação e liderança das mulheres permanece baixa nas plataformas ambientais nacionais e internacionais. Consequentemente, os conhecimentos, valores e experiências das mulheres relacionadas à biodiversidade, assim como suas necessidades e prioridades, podem não se refletir em políticas

⁵ Secretaria do GEF. 2018. Orientação para avançar na igualdade de gênero.
<https://www.thegef.org/sites/default/files/publications/GEF%20Guidance%20on%20Gender.pdf>

e programas sobre biodiversidade e gestão de recursos naturais. Toda esta situação tem sido caracterizada por muitos países como um desafio para a conservação⁶ da biodiversidade.

Outras pesquisas apoiam o caso da incorporação do conhecimento e da liderança das mulheres indígenas para alcançar resultados positivos para as pessoas e para a natureza. Um estudo da literatura científica de 2016 ⁷sugere que a inclusão das mulheres no manejo de recursos naturais, valorizando suas contribuições e promovendo sua participação, pode levar a uma melhor governança e conservação, levando em conta o papel crítico das mulheres no trabalho em rede entre clãs e intercâmbio, e no fornecimento diário de alimentos para suas comunidades, com compreensão e responsabilidade pelos recursos florestais, que são críticos para a segurança alimentar e para o manejo sustentável dos recursos comunitários. Esta revisão também destacou que as atividades de conservação têm um potencial muito maior para contribuir para resultados de conservação mais duradouros e gerar impactos sociais positivos quando as conexões entre as atividades de conservação, equidade de gênero e conhecimento indígena são compreendidas e abordadas. Neste sentido, apoiar as mulheres indígenas e alinhar com sua visão de futuro é fundamental para garantir a conservação de ecossistemas estratégicos, como a floresta tropical amazônica.

Estrutura jurídica e institucional para a igualdade de gênero

O projeto contribuirá para os objetivos da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e para as Metas de Desenvolvimento Sustentável (SDGs). A CEDAW, adotada em 1979 pela Assembleia Geral da ONU e ratificada pela Colômbia, Equador, Peru e Brasil, fornece a base para a realização da igualdade entre mulheres e homens, garantindo a igualdade de acesso e igualdade de oportunidades na vida política e pública, bem como na educação, saúde e emprego. Por outro lado, o Objetivo 5 das ODS visa acabar com todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas em todo o mundo. Além disso, a legislação e a estrutura institucional relacionada ao gênero já está em vigor nos quatro países envolvidos no projeto, como a seguir:

- **O Brasil** tem feito avanços substanciais na igualdade de gênero nas últimas duas décadas. Os avanços institucionais incluem a criação de uma Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). A SPM é encarregada de integrar a igualdade de gênero e, juntamente com vários parceiros, traçar o rumo da nação para melhorar a igualdade de gênero, por meio dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, que são realizados em um processo participativo com representantes da sociedade civil. Todos os Estados criaram instituições governamentais especializadas similares para a integração da igualdade de gênero. Outras grandes realizações, até o momento, incluem o fechamento (e em alguns casos até a reversão) da lacuna de gênero na educação.

Em 2019, foi criado o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Este Ministério fundiu quatro instituições públicas de gênero e de direitos humanos relevantes: a) a Secretaria de Direitos Humanos; b) a Secretaria de Políticas para Mulheres; c) a Secretaria de Políticas de Igualdade Racial; e d) a Secretaria Nacional da Juventude ("SNP"). Atualmente, o principal objetivo da MMFDH é promover políticas de inclusão dos

⁶ Convenção sobre Diversidade Biológica, 2018. Rumo a uma implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica que responda às questões de gênero. Nota do Secretário Executivo. Sharm El-Sheikh, Egypt. <https://www.cbd.int/doc/c/34b8/2445/f3c7ee9df40a841577c51638/cop-14-inf-21-en.pdf>

⁷ <https://environmentalevidencejournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s13750-016-0057-8>

chamados grupos minoritários - mulheres, negros, indígenas e pessoas com deficiência, crianças e jovens⁸.

Por outro lado, um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNWP) foi adotado em 2004. O PNWP reafirmou o compromisso do governo federal brasileiro e de outros órgãos governamentais de incorporar uma perspectiva de gênero nas políticas públicas. O PNWP prescreveu várias ações concretas a serem implementadas por diferentes setores governamentais em cooperação com o setor privado e abordou necessidades específicas das mães, particularmente cuidados de saúde antes e durante a gravidez e no nascimento, assim como cuidados e educação⁹ infantil.

- **A Colômbia** reconheceu uma série de compromissos internacionais em matéria de direitos da mulher. O país é parte e signatário das principais iniciativas internacionais nesta área, incluindo a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW) (1996), a Convenção de Belém do Pará para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher (ratificada em 2014), o Consenso Regional adotado após a Nona Conferência Regional (México, 2004) e a Décima Conferência Regional (Quito, Equador, 2007) sobre a Mulher na América Latina e no Caribe, e outros compromissos internacionais como a Plataforma de Ação de Pequim, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015). A Colômbia também traduziu tais compromissos em leis nacionais e possui uma estrutura legal muito abrangente e avançada para a igualdade de gênero. Esta estrutura inclui legislação que impede todas as formas de discriminação nas esferas econômica, social e política. A principal lei da Colômbia sobre a prevenção da violência e da discriminação contra a mulher é a Ley 1257 / 2008¹⁰. Esta lei estabelece o direito da mulher de viver uma vida livre de violência, como um direito humano fundamental que também é protegido pela Constituição da Colômbia. Ela impõe ao Estado colombiano a obrigação de "prevenir, investigar e sancionar todas as formas de violência contra a mulher", nos termos do Artigo 6. Além disso, uma lei anterior, a Ley 294 de 1996¹¹, estabeleceu o crime de violência doméstica e a capacidade das mulheres de buscar uma ordem de proteção, e exigiu que os funcionários que emitissem ordens de proteção encaminhassem as denúncias de violência doméstica aos promotores públicos. No nível institucional, o Conselho Presidencial para Equidade de Gênero, que faz parte do Departamento Administrativo da Presidência, está encarregado de assistir o Presidente e o governo nacional na concepção, gestão e monitoramento de políticas públicas pró-equidade. Seu mandato também inclui a promoção e o fortalecimento da pesquisa relativa à condição feminina. Finalmente, é importante destacar que o Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022 inclui, pela primeira vez, um capítulo sobre equidade de gênero. Os principais pilares da agenda incluem: o aumento do empoderamento educacional e econômico das mulheres para

⁸ Comissão Européia. 2020. Avaliação do apoio da ação externa da UE à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres e meninas (2010-2018). Relatório final. 352 p. https://ec.europa.eu/international-partnerships/system/files/gender-evaluation-2020-final-report-volume-4_en.pdf#page=65&zoom=100,90,400

⁹ Agénor, P. & Canuto, O. 2013. Igualdade de Gênero e Crescimento Econômico no Brasil. The World Bank, No. 109. <http://documents1.worldbank.org/curated/en/369341468222895907/pdf/758350BRI0Box374351B00PUBLIC0EP109.pdf>

¹⁰ Por la cual se dictan normas de sensibilización, prevención y sanción de formas de violencia y discriminación contra las mujeres, se reforman los Códigos Penal, de Procedimiento Penal, la Ley 294 de 1996 y se dictan otras disposiciones. https://www.oas.org/dil/esp/LEY_1257_DE_2008_Colombia.pdf

¹¹ Ley 294 del 16 de julio 1996 por la cual se desarrolla el artículo 42 de la Constitución Política y se dictan normas para prevenir, remediar y sancionar la violencia intrafamiliar.

eliminar lacunas nos mercados de trabalho; a articulação e coordenação de sistemas e políticas relacionadas ao cuidado; o empoderamento político das mulheres; a promoção do bem-estar e saúde das mulheres; o reconhecimento das mulheres rurais como pilares do desenvolvimento; e a equidade de gênero para a construção da paz. Recentemente, o governo também lançou a chamada Alta Instância de Gênero, composta por representantes da Presidência, do Conselho e de outras agências. Sua missão é coordenar e assegurar a aplicação de uma abordagem de gênero na implementação do acordo¹² de paz.

- **O Equador** ratificou e/ou assinou muitas convenções, tratados e planos de ação internacionais chave sobre igualdade de gênero, empoderamento das mulheres e direitos humanos, incluindo a Declaração de Direitos Humanos da ONU; a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, "Convenção de Belém do Pará"; e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Além disso, o Ministério do Meio Ambiente (MAE) desenvolveu uma Estratégia para a "Institucionalização das Abordagens de Gênero e Interculturalidade na Formulação de Planos, Programas e Projetos". Por meio desta Estratégia, o MAE assume a responsabilidade e a liderança pelo cumprimento dos mandatos constitucionais e acordos internacionais assinados pelo Equador em matéria de igualdade de gênero, gestão ambiental e desenvolvimento sustentável. A Estratégia promove a integração da perspectiva de gênero no MAE para o alcance dos objetivos de igualdade de gênero, em que o gênero é parte integrante da concepção, implementação, monitoramento e avaliação das políticas ambientais.

Existem outras políticas nacionais, leis e estruturas legislativas que também apoiam a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres no Equador. Estas incluem: Lei Orgânica dos Conselhos Nacionais para a Igualdade; Agenda Nacional das Nacionalidades e Povos do Equador; Agenda Plurinacional para a Igualdade; Política Nacional Ambiental; Estratégia Nacional para a Mudança Climática; Código Orgânico de Organização Territorial, Autonomia e Descentralização; e a Lei Orgânica de Educação¹³ Intercultural.

- **Peru.** O Ministério da Mulher e Populações Vulneráveis é a principal agência na área de igualdade de gênero no Peru. Criado pelo Decreto Nº 1098, o Ministério está encarregado do desenvolvimento integral da mulher, do fortalecimento das famílias e da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. A lei sobre sua Organização e Funções estabelece especificamente que o Ministério é o órgão governante no que diz respeito às políticas nacionais e setoriais sobre a mulher. Outra instituição relevante para a promoção e proteção da igualdade de gênero é a MESAGEN (Mesa de Género de la Cooperación Internacional en el Perú). Trata-se de um grupo de assistência e coordenação internacional que promove a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, meninas e adolescentes no Peru, por meio da colaboração com organizações públicas, privadas e da sociedade civil; e suas principais áreas prioritárias são a prevenção da violência de gênero, a participação política

¹² Grupo Banco Mundial, 2020. Avaliação de gênero na Colômbia. Banco Mundial, Washington, DC. 108 p. <http://documents1.worldbank.org/curated/en/665381560750095549/pdf/Gender-Equality-in-Colombia-Country-Gender-Assessment.pdf>

¹³ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2019. Avaliação de gênero para o Equador REDD-plus RBP. Quito, Equador. 22 p. <https://www.greenclimate.fund/sites/default/files/document/gender-assessment-fp110-undp-ecuador.pdf>

das mulheres, a integração do gênero nas políticas públicas e as políticas educacionais sensíveis a gênero. A nível regional, o Peru tem Conselhos Regionais para Mulheres que estão presentes em 19 Governos Regionais como espaços consultivos e de interlocução com as mulheres.

Além disso, o Peru assinou e ratificou todos os instrumentos internacionais mais relevantes na igualdade de gênero, incluindo a Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher - Convenção Belém do Pará (1996); a Declaração da ONU sobre Mulheres Indígenas (2012); as Metas de Desenvolvimento Sustentável (2015); e o Programa Interamericano para a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Igualdade e Equidade de Gênero adotado em 2000 (OEA).

Finalmente, algumas das principais normas e políticas que garantem o direito à igualdade entre homens e mulheres incluem: Lei sobre a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (Lei Nº 28983, 2007); Lei sobre a Organização e Funções do Ministério da Mulher e Populações Vulneráveis (2012); Lei sobre a Promoção da Educação entre meninas e adolescentes rurais (2001); Plano Nacional sobre Violência contra a Mulher 2016-2021 e planos regionais e locais de igualdade de oportunidades para promover a redução das disparidades de gênero, de acordo com o mandato constitucional do direito à igualdade e à não discriminação por sexo. Planos locais de igualdade de oportunidades foram aprovados em 56 governos locais de Lima, Ancash e Cajamarca, de um total de 195 municípios provinciais e 1637 municípios¹⁴ distritais.

Contexto na Amazônia e na Bacia de Putumayo-Ica

Apesar do reconhecimento global da importância dos papéis e relações de gênero para as questões relacionadas às florestas, além dos riscos e oportunidades diferenciais enfrentados por mulheres e homens em diferentes contextos, ainda há pouca pesquisa sistemática sobre gênero e florestas na região amazônica. Isto também se aplica à bacia de Putumayo-Ica. Na bacia, as mulheres desempenham papéis e atividades importantes em famílias indígenas e *campesanas* que nem sempre são plenamente reconhecidas e, portanto, as intervenções não respondem a abordagens diferenciadas. De acordo com o estudo desenvolvido por Schmink e Gómez-García (2015)¹⁵, as mulheres representam metade da população da região amazônica, e seu conhecimento, trabalho e compromisso são essenciais para garantir o manejo sustentável dos recursos florestais amazônicos.

Desde os anos 70, evidências da literatura existente sugerem que as relações de gênero têm mudado em toda a Amazônia, como parte das maiores transformações socioeconômicas e ecológicas em curso em toda a bacia. Algumas mulheres encontraram maior visibilidade para suas atividades produtivas, interesses e capacidades, e desenvolveram maneiras de contribuir mais efetivamente para a subsistência de suas famílias e comunidades e para o manejo sustentável de suas florestas. No processo, elas contribuíram para seu próprio empoderamento, garantindo maior acesso a recursos críticos, e seus níveis melhorados de autoconfiança as ajudaram a negociar seus interesses em diferentes arenas. Por exemplo, a análise de gênero

¹⁴ Grupo do Banco Mundial, 2018. Lacunas de gênero no Peru. Uma visão geral. 68 p. Washington, DC. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/31820/Gender-Gaps-in-Peru-An-Overview.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

¹⁵ Schmink, M. & Gómez-García, M.A. 2015. Sob a copa das árvores: Gênero e florestas na Amazônia: 41p. CIFOR Occasional Paper No. 121. Bogor, Indonésia: Center for International Forestry Research (CIFOR). <http://dx.doi.org/10.17528/cifor/005505>

realizada no Brasil nas cadeias de valor da pesca ilustrou a importância da participação das mulheres em processos específicos de melhoria, permitindo-lhes desempenhar um papel fundamental no estabelecimento de acordos de pesca.

O caminho foi aberto por alguns e há a necessidade de fortalecer e ampliar, mas não é o caso de todos os grupos de mulheres e etnias da região, incluindo a bacia de Putumayo-Ica. Os homens continuam sendo as figuras centrais na tomada de decisões dentro das comunidades indígenas e as mulheres são frequentemente marginalizadas nesses processos, e seu trabalho permanece invisível¹⁶. As tradições patriarcais, com a resultante voz e participação limitadas das mulheres, ainda devem ser abordadas. Estratégias de gênero têm sido implementadas por agências governamentais e organizações de desenvolvimento, mas ainda há desequilíbrios a serem abordados, e tais estratégias precisam ser implementadas/escalonadas por projetos como este proposto. Neste contexto, é necessário apoio para construir comunidades mais fortes e capacitar as mulheres para controlar seu próprio futuro ambiental e econômico, aumentando sua participação e reconhecimento a nível local e regional.

Noções sobre gênero dentro das comunidades indígenas também precisam ser revisadas sob perspectivas culturais e históricas, reconhecendo a transformação histórica dos papéis de gênero, de forma a aumentar as interações e a coordenação com o mundo não-indígena, a fim de influenciar as políticas e a tomada de decisões. Por exemplo, no nordeste da Colômbia, a conformação dos governos e organizações indígenas contemporâneos, e a separação entre espaços políticos e rituais, diminuíram a participação política das mulheres. Papéis femininos exclusivos como os "maloquera", tradicionalmente encarregados da distribuição dos recursos e do trabalho, estavam interligados com o reino dos rituais. Atualmente, com a importação de noções ocidentais sobre política, a "representação" ficou nas mãos de homens capitães e líderes que interagem com o mundo "externo". Ao longo deste processo histórico, as mulheres indígenas foram se distanciando cada vez mais destes espaços "democráticos", onde o espanhol é falado e os termos estrangeiros são utilizados. Para contrariar isso, as mulheres indígenas trabalharam para fortalecer e qualificar sua participação, a fim de restabelecer o equilíbrio¹⁷ entre homens e mulheres, fortalecendo assim a organização sociopolítica, bem como a governança territorial e ambiental, na busca da equidade e da autonomia efetiva dos povos indígenas.

Além disso, as mulheres sofrem impactos de ameaças ambientais na bacia de forma diferente.

- Os povos indígenas que, por razões culturais, dependem mais do consumo de peixe são mais vulneráveis à contaminação de peixes pela poluição da água do que outros que dependem mais de outros recursos para sua subsistência. Mulheres grávidas que estão ou foram expostas ao mercúrio podem transmitir as toxinas a seus fetos, o que pode prejudicar o desenvolvimento de seu sistema nervoso. Neste sentido, as mulheres grávidas e os fetos estão entre os grupos mais vulneráveis à exposição¹⁸ ao mercúrio. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, 62,4% dos bebês em comunidades pesqueiras da região brasileira de mineração de ouro

¹⁶ Mulheres Indígenas: Guardiãs da Floresta Amazônica. The Nature Conservancy, 2019. <https://www.nature.org/en-us/what-we-do/our-insights/perspectives/indigenous-women-xikrin-amazon-rainforest/>

¹⁷ O equilíbrio de gênero evita conflitos. A interseção de organizações de mulheres mais fortes (com maiores recursos financeiros) com instâncias políticas lideradas por homens poderia causar conflitos de poder. Garantindo a participação qualificada das mulheres, o surgimento de novas líderes femininas deve ser encorajado, ao mesmo tempo em que se reconhece a importância dos papéis políticos dos homens.

¹⁸ WWF, GAIA Amazonas e Meio Ambiente da ONU. 2019. O Bioma Amazônia diante da contaminação por mercúrio. Uma visão geral do comércio, ciência e política de mercúrio nos países amazônicos. 168 p.

sofreriam uma perda de pelo menos dois pontos de QI devido ao atraso mental causado pela exposição¹⁹ ao mercúrio.

- As mulheres indígenas têm garantido a segurança alimentar de suas famílias por meio da conservação dos sistemas agrícolas tradicionais (chagras), além de serem também responsáveis por atividades diárias como a lavagem de roupas, entre outras atividades altamente dependentes da água. Infelizmente, a contaminação dos recursos hídricos e a monopolização do uso da água, proveniente do projeto extrativista da indústria de mineração, põe em risco a qualidade e a disponibilidade dos recursos mínimos necessários para preservar a vida das famílias nessas áreas, além de aumentar o risco de doenças²⁰ das mulheres.
- Dentro das comunidades indígenas, as mulheres e meninas são mais vulneráveis à contaminação e precisam de cuidados adicionais.
- A mineração ilegal tem gerado maior insegurança para mulheres e adolescentes, além de causar maior tráfico de pessoas, prostituição e violência.
- Os impactos da mudança climática, incluindo a perda da biodiversidade e as restrições de acesso aos recursos produtivos e naturais, amplificam as desigualdades de gênero existentes e comprometem o bem-estar de todos²¹. Embora a mudança climática afete a todos, seus impactos sobre a segurança alimentar não são neutros em termos de gênero. As mulheres nas comunidades indígenas são, frequentemente, amplamente responsáveis por tarefas como semear e fornecer alimentos para sua família e comunidade²², o que se tornará mais difícil à medida que os efeitos da mudança climática se tornarem mais severos. Além disso, à medida que o trabalho agrícola se torna mais trabalhoso ou é necessário encontrar fontes alternativas de alimento e renda, a carga de trabalho adicional muitas vezes recai sobre as mulheres. A diferença de gênero na agricultura, um padrão documentado mundialmente e que significa que as mulheres têm menos acesso a recursos produtivos, capital financeiro e serviços de consultoria do que os homens, será exacerbada de forma desproporcional pela mudança climática. Além disso, existem riscos diferenciados de gênero para a saúde reprodutiva em particular. Por exemplo, as mulheres grávidas são especialmente suscetíveis aos mosquitos transmissores da malária; isto as coloca em risco particular no contexto dos aumentos de temperatura global esperados como resultado das mudanças climáticas, que também devem levar a mudanças nas doenças²³ transmitidas pela água e por vetores.
- Em toda a região, a doença do Coronavírus de 2019 (COVID-19) gerou desafios significativos e diversos para as mulheres indígenas e suas atividades de conservação, com riscos de saúde perigosos, restrições à sua mobilidade e potencial de ganho de renda e mudanças no acesso aos

¹⁹ Poulin, J., & Gibb, H. (2008). Avaliar a carga ambiental de doenças em nível nacional e local. Organização Mundial da Saúde.

²⁰ Bermúdez, R., Rodríguez, T. & T. Roa. 2012. Mujer y minería. Ámbitos de análisis e impactos da mineração na vida das mulheres. Enfoque de derechos e perspectiva de gênero. 24 p. Colômbia.

²¹ UNFCCC (2015). Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática: O Acordo de Paris. Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática. http://unfccc.int/paris_agreement/items/9485.php

²² GAIA Amazonas. Chagra: fonte alimentar, sistema integrado e fundação da vida. https://www.gaiaamazonas.org/pt/noticias/2019-01-14_chagra-sistema-integrado-fonte-alimenticio-fonte-integrado-sistema-e-fundacao-da-vida/

²³ PNUMA 2016. Perspectivas Globais de Gênero e Meio Ambiente. UN Environment, Nairobi, Quênia. <https://www.unep.org/resources/report/global-gender-and-environment-outlook-ggeo>

mercados por atacado (cf. ONAMIAP 2020)²⁴. Em abril de 2020, o Ministério da Saúde do Brasil confirmou o primeiro caso indígena da COVID-19 no distrito de Santo Antônio do Içá (Estado do Amazonas); uma mulher indígena de 20 anos de idade da tribo Kokama. Desde então, as autoridades sanitárias do Brasil alertaram que a COVID-19 poderia representar uma ameaça significativa para os povos indígenas do Brasil e especialmente para as mulheres e crianças, que são particularmente vulneráveis a surtos de doenças infecciosas. A pandemia também expôs desigualdades e desafios para as mulheres na conservação da Amazônia devido à impressionante divisão digital de gênero na América Latina e, em particular, em locais rurais e remotos (OECD 2018)²⁵.

Beneficiários em potencial

Na análise realizada na preparação do projeto, exemplos de associações de mulheres que estão presentes na bacia e que se beneficiariam das atividades do projeto incluem o seguinte:

1. Associação de Mulheres Indígenas de Medicina Tradicional "La Chagra de la Vida" (Asociación de Mujeres Indígenas de la Medicina Tradicional - ASOMI- Colômbia). A ASOMI²⁶ foi criada em 2004 após um alerta das autoridades tradicionais de que suas comunidades estavam em risco de desaparecer devido à violência em seus territórios e à degradação ambiental. Desde então, ASOMI promove a recuperação da identidade cultural, do conhecimento e das práticas tradicionais das mulheres indígenas, trabalhando com mulheres das etnias Inga, Kamëntsa, Siona, Koreguaje e Kofán nos municípios de São Francisco, Sibundoy, Colón, Puerto Asís, Mocoa e Santiago, na Colômbia. As mulheres idosas orientam os membros da ASOMI, utilizando a perspectiva do conhecimento tradicional para sua revitalização cultural, por meio da recuperação das práticas tradicionais de produção, lideradas pelas mulheres, como o elemento chave para a melhoria de sua subsistência e sua proteção dos recursos naturais locais.
2. A ASOMUJERES²⁷ colombiana foi criada em 2012 para gerar espaços de participação feminina nos municípios de Santiago, Sibundoy, Colón, San Francisco, Mocoa e Villagarzón (departamento de Putumayo), e Pasto (departamento de Nariño). Esta associação, com mais de 300 membros, apoia atividades de treinamento com mulheres indígenas, agricultores e vítimas de conflitos armados, em direitos humanos, construção da paz, cultura ancestral e educação financeira para modelos de negócios sociais. Atualmente, eles têm empreendimentos em tecidos tradicionais, tear, joias feitas à mão em sementes, transformação de árvores frutíferas, vinhos, geleias, entre outros produtos naturais, sob a marca 'Wise and magic Putumayo'.
3. Na região do Loreto peruano, foi criada uma organização com a participação de 180 mulheres de 53 comunidades, auto-organizadas em comitês de vigilância. Com o apoio do Governo de Loreto, estas mulheres têm as mesmas oportunidades que os homens em

²⁴ ONAMIAP 26 de junho de 2020 "Mujeres indígenas y la conservación de los bosques en el contexto del COVID-19". Webinar. Lima, Peru. (Organización Nacional de Mujeres Indígenas Andinas y Amazónicas del Perú). Access: https://www.facebook.com/ONAMIAP.pe/videos/1485525921635152/?comment_id=1485619671625777

²⁵ OCDE. 2018. Bridging the Digital Gender Divide. <http://www.oecd.org/internet/bridging-the-digital-gender-divide.pdf>

²⁶ ASOMI; Mujeres que siembran en sus chagras tradición, conocimientos y comunidad. <https://www.amazonteam.org/maps/asomi/>

²⁷ Mulheres empreendedoras que reduzem as brechas sociais na Putumayo. <https://www.reconcolombia.org/mujeres-emprededoras-que-reducen-brechas-laborales-en-putumayo/>

receber treinamento para usar a tecnologia GPS, mapas e smartphones, a fim de monitorar e controlar as ameaças ambientais, e exercer o controle e a governança territorial.

4. Nas comunidades de Tres Esquinas e San Martín, na província peruana de Putumayo, 35 mulheres se organizaram para trabalhar lado a lado com seus maridos e filhos na gestão e comercialização da espécie de peixe arawana. O manejo adequado do peixe durante o processo de armazenamento é crucial para garantir a alta qualidade e as quantidades aceitáveis necessárias para serem exportadas para o Japão.
5. A Federación de Comunidades Nativas del Ampiyacu (FECONA) é uma das federações mais fortes de Loreto, que tem atuado sob a liderança de duas mulheres. Liz Chicafe, que foi presidente da FECONA durante o período de 2015-2019 e que foi reconhecida pelos governos peruano, alemão e francês como uma notável defensora dos direitos humanos, após liderar uma estratégia de defesa internacional para a criação do Parque Nacional de Yaguas em defesa de seu território, cultura e subsistência.

É importante destacar que, durante a implementação do projeto, mais associações de mulheres podem ser identificadas como potenciais beneficiárias. Nesses casos, será feita uma avaliação de suas condições de vulnerabilidade e dos possíveis impactos do projeto, como primeiro passo para incluir essas associações como beneficiárias.

Atividades sensíveis²⁸ ao gênero

Apesar dos avanços de organizações como as acima mencionadas, alcançar a igualdade de gênero, o empoderamento de todas as mulheres e meninas, garantindo sua participação plena e efetiva e oportunidades equilibradas de liderança em todos os níveis de decisão na vida política, econômica e pública, ainda é um desafio. Ao envolver organizações como estas como beneficiárias do projeto e permitir que elas sejam participantes ativas dos processos decisórios e grupos de trabalho, o projeto contribuirá para fortalecer suas capacidades e capacitar as mulheres para controlar seu próprio futuro, aumentando sua participação e reconhecimento em nível local e regional.

Neste contexto, o projeto aplicará a igualdade de gênero como um princípio para permitir que homens e mulheres desfrutem de igualdade de oportunidades, direitos, benefícios e recursos. Portanto, serão identificadas medidas para compensar as desvantagens para desfrutar de condições equitativas dentro do projeto.

Em geral, e levando em conta a Política de Gênero do GEF, o projeto irá:

- Usar métodos participativos para garantir a igualdade de oportunidades para mulheres e homens de participar e contribuir para a concepção e implementação de projetos;
- Avaliar barreiras potenciais para a participação das mulheres e contribuir para o planejamento e implementação do projeto;
- Identificar e consultar especialistas em gênero, organizações locais da sociedade civil e grupos de mulheres, para ajudar a identificar questões-chave de gênero e também

²⁸ Com base na Política de Igualdade de Gênero do GEF (207), a sensibilidade de gênero refere-se ao ato de reconhecer as diferenças, desigualdades e necessidades específicas de mulheres e homens, e de trabalhar nessa conscientização.

Gestão integrada da bacia hidrográfica do rio Putumayo-Içá (P172893)

oportunidades para capacitar as mulheres a apoiar o sucesso e a sustentabilidade do projeto;

- Considerar uma Unidade de Gerenciamento e Implementação de Projetos equilibrada em termos de gênero e o uso de especialistas locais em gênero;
- Definir responsabilidades para integrar aspectos de gênero na implementação do projeto, assegurando que as descrições de cargos e os termos de referência sejam explícitos;
- Atribuir fundos suficientes para implementar o plano de ação de gênero.

As atividades específicas sensíveis ao gênero em nível de componentes estão listadas na tabela a seguir.

Componentes e resultados	Atividades sensíveis ao gênero
<p>Componente 1. Reforçar a governança e a capacidade de tomada de decisão informada sobre a GIRH.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer e acordar princípios orientadores inclusivos para a gestão da informação. - Sistematização e análise dos conhecimentos relevantes existentes para a GIRH. - Realizar estudos e análises em escala de bacia relevantes para a GIRH. - Desenvolver eventos de intercâmbio de conhecimentos. - Estabelecer/fortes grupos de trabalho temáticos multissetoriais e regionais e mesas redondas para acordar planos de ação alinhados com uma visão comum. - Projetar o plano de ação estratégico para a bacia. - Promover acordos setoriais para melhores práticas e planejamento territorial. - Atividades para avançar na implementação de acordos multinacionais relevantes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Os convites para participar das atividades do projeto serão dirigidos igualmente, a homens e mulheres das comunidades. - Uma abordagem cultural e de gênero será incluída na avaliação do conhecimento tradicional e na GIRH, assegurando a participação das mulheres em eventos de intercâmbio de conhecimento científico e tradicional. Isso inclui considerar condições particulares às mulheres e restrições para viagens, ou lacunas no nível de alfabetização ou educação. - O projeto irá adaptar o treinamento e a assistência às necessidades e interesses das mulheres. - Os conhecimentos e práticas tradicionais das mulheres que permitiram a sobrevivência da identidade de suas comunidades, especificamente em algumas práticas como medicina, cuidado e educação, entre outras, serão reconhecidos. - As mulheres indígenas possuem conhecimentos especializados relacionados ao cultivo e produção de alimentos, sementes e plantas medicinais serão recuperados. - Será promovida uma estrutura de governança equilibrada em termos de gênero, incluindo a participação das mulheres como monitoras comunitárias.
<p>Componente 2. Melhorar as principais intervenções de gestão para a GIRH compartilhada.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover as melhores práticas entre os setores-chave responsáveis pela poluição da água. - Conduzir esforços conjuntos de prevenção e controle. - Atividades de capacitação para a aplicação da lei e processo judicial. - Configurar um sistema de alerta precoce para poluição da água em locais prioritários. 	<ul style="list-style-type: none"> - Será promovida a participação de organizações de mulheres, com base em uma abordagem de baixo para cima, começando com processos de empoderamento das mulheres em nível comunitário e local. - Uma abordagem de gênero será usada para analisar a posse da terra, uso e controle sobre os recursos naturais e cadeias de valor, a fim de documentar a desigualdade e as contribuições das mulheres em diferentes atividades. - As mulheres serão as beneficiárias de subprojetos e da melhoria dos chagras e da segurança alimentar. - Explorar novas e imprevistas oportunidades emergentes para o comércio digital em algumas áreas que poderiam abrir portas para as mulheres aprenderem novas habilidades e diversificarem sua base de subsistência.

Gestão integrada da bacia hidrográfica do rio Putumayo-Içá (P172893)

Componentes e resultados	Atividades sensíveis ao gênero
<ul style="list-style-type: none">- Mitigação, atividades de recuperação/remediação por contaminação da água.- Projetar planos NTFP e de gestão da pesca.- Atividades de capacitação para as principais partes interessadas (incluindo comunidades locais).- Atividades para impulsionar cadeias de valor regionais selecionadas para peixes e NTFP.- Atividades alternativas de subsistência que promovam a segurança alimentar.	<ul style="list-style-type: none">- A fim de reduzir as disparidades de gênero na gestão de recursos naturais, serão encorajadas e apoiadas iniciativas específicas de mulheres e iniciativas comunitárias que promovam a participação das mulheres.
<p>Componente 3. Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação de Projetos.</p> <ul style="list-style-type: none">- Criação da Unidade de Coordenação de Projetos.- Implementação de uma estratégia de comunicação.- Monitoramento e avaliação do projeto.	<ul style="list-style-type: none">- Para promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres em todo o projeto, a equipe do projeto receberá treinamento sobre gênero e gestão de recursos naturais no início da implementação.- O GAP será apresentado aos parceiros, associados, consultores e comunidades locais desde o início do projeto, e ao contratar seu pessoal.- A estratégia de comunicação levará em conta as considerações de gênero.- A comunicação comunitária será participativa, inclusiva e sensível às questões de gênero e culturais, e procurará treinar assistência aos beneficiários em técnicas e ferramentas de comunicação para melhor transmitir suas atividades e processos.- Alguns indicadores na estrutura de resultados serão avaliados por gênero.- Documentar a participação das pessoas, por sexo, nas reuniões, bem como nos incentivos econômicos fornecidos, será parte fundamental do plano de monitoramento do projeto.

Implementação e supervisão do GAP

A implementação do GAP se baseará na vasta experiência dos países e parceiros do projeto, e outras diretrizes específicas serão desenvolvidas e compiladas, e informações adicionais sobre as lacunas de gênero serão geradas.

Neste contexto, a participação ativa das mulheres será assegurada durante a implementação, monitoramento e avaliação do projeto, de acordo com a Política de Igualdade de Gênero do GEF e o Plano de Engajamento de Partes Interessadas do Projeto Putumayo-Içá. Estas atividades estarão sob a responsabilidade da Unidade de Gerenciamento e Implementação do Projeto, liderada pela WCS, e serão delegadas ao especialista social do projeto, que será uma pessoa com habilidades de gênero dentro da estrutura do projeto.

O especialista social estará encarregado de desenvolver pesquisas e atividades (oficinas, reuniões, entre outros), a fim de promover a participação das mulheres e receber seu feedback sobre os avanços e resultados da estratégia de gênero e das atividades do projeto. Como as mulheres geralmente têm menos mobilidade do que os homens fora de suas comunidades, devido às tarefas domésticas e à criação dos filhos, o projeto considerará levar as atividades às

comunidades na medida do possível. Como resultado, as estratégias para adaptar a abordagem de gênero ao projeto serão analisadas e monitoradas a cada três meses durante a vida do projeto, e serão avaliadas anualmente pela equipe do projeto, incluindo os principais parceiros ou consultores do projeto. Além disso, serão identificadas medidas de forma participativa com as mulheres, para compensar possíveis desvantagens e desigualdades baseadas no gênero para desfrutar de condições equitativas dentro do projeto. Os avanços serão apresentados ao Comitê Diretor Regional do Projeto e ao BM, por meio dos relatórios semestrais e anuais.

Além disso, a estrutura do Projeto inclui os seguintes indicadores com uma abordagem de gênero:

- Mulheres que participam ativamente dos grupos de trabalho (Porcentagem).
- As mulheres são beneficiárias diretas, como co-beneficiárias do investimento do GEF (Porcentagem).

O projeto também rastreará organizações de mulheres que estarão envolvidas nos subprojetos a serem entregues pelo projeto.

Finalmente, é importante destacar que a estratégia de gênero será considerada um documento vivo durante toda a vida do projeto, uma vez que as estratégias serão desenvolvidas a cada ano como parte dos planos anuais do projeto. Portanto, as atividades serão adaptadas para a realização dos resultados, produtos e indicadores do projeto.